

APARECIDA NOS FASTOS DA INDEPENDÊNCIA

J. Corrêa Machado

Ao ensejo do sesquicentenário da Independência, especializados estudos da vida de Dom Pedro I em suas atitudes religiosas vêm revelar, felizmente, os fundamentos históricos de sua passagem pela Capela de Aparecida, hóspede que foi do Capitão Mor da Vila de Guaratinguetá, - cuja residência situava-se geograficamente no morro dos coqueiros - a atual cidade de Aparecida.

A tese, além do mérito de provar fatos religiosos na da Independência, traz ainda valiosa atualização de termos geográficos.

Duas premissas asseguram os fundamentos históricos: notória devoção do Príncipe à Nossa Senhora e a importância da Capela de Aparecida na época da independência, como "lugar Pio" e de caráter nacional, por decreto de Dom João VI, de 24 de maio de 1803.

Em testemunho apresenta citações incontestáveis, entre outras: em favor da primeira premissa, o depoimento de Otavio Tarquinio de Souza, concluindo todas as pesquisas biográficas de Dom Pedro: "Embora grande peccador fora sempre católico e com devoção especial a Nossa Senhora... (1); quanto a` segunda: "CAPELA MUITO AFAMADA E MUITO VISITADA" (2) expressão de Aires de Casal, na Coreografia do Brasil, obra publicada em 1817, pela própria imprensa régia e em homenagem à Família Imperial nas festas esponsalícias do Príncipe-Herdeiro.

Dentro desse contexto, no exame da histórica viagem pelo Vale do Paraíba, há uma outra particularidade mui característica de Dom Pedro: "A caninho tudo o atraia ..." (3). Assim, curioso e devoto consta a sua presença no "Sítio das Romarias" no termo da Vila de Guaratinguetá, na Capela de Aparecida.

Concatenando-se autênticos documentos da época em perfeito silogismo, evidencia-se a conclusão histórica: a visita à capela como decorrência, não apenas de uma curiosidade ou de uma devoção, mas inerente à cortezia da família hospitaleira, em cuja residência, ao lado da Capela de Aparecida, o Príncipe Regente, passou a noite de 19 para 20 de agosto.

Reza assim a crônica oficial: "Em Guaratinguetá, no sexto dia foi o Príncipe obsequiosamente hospedado pelo Capitão - Mor, ... (4).

O cronista da jornada - Francisco de Castro Canto e Melo relata simplesmente a data e a qualidade do nobre anfitrião; não menciona o seu nome e nem o endereço da residência.

Ora, todos os documentos esclarecem, que no triênio 1820 a 1822 ter sido Jerônimo Francisco Guimarães, (5) - o Capitão-Mor, em exercício, trocando correspondência oficial com o Governo de S. Paulo e com a Corte do Rio. (6)

Assim, visitantes ilustres, como Martius e Spix (7) já em 1820 e Saint Hilaire (8), em abril 1822, textualmente declaram e atestam que o Capitão -Mor morava não no centro da Vila, mesma Vila à pouca distância, "PERTO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA APARECIDA NA MESSMA PRAÇA FRONTEIRIÇA" e que, por hábito e gentileza, tinha preocupação e solicitude, por primeiro, em mostrar aos hóspedes a Capela da Padroeira.

Logo, nesse local - APARECIDA DE HOJE, GUARATINGUETÁ DE OUTROA - depois das homenagens cívicas recebidas no centro da Vila prestadas pela Câmara e pelo Povo à sua chegada, teve o Príncipe hospedagem mais confortável, em área rural, para o repouso da noite.

Em toda a jornada observam os historiadores da Independência, como Oliveira Lima (9) e Varnaghen (10), que por vontade mesma do Príncipe, escolhia-se de preferência para o repouso, o sossego de uma Fazenda.

Aquela prévia determinação da Câmara, anunciando a próxima vinda do Príncipe à Vila determinando: "preparar as testadas de suas casas e pôr iluminárias na noite em que aqui pernoitar... (11), evidentemente, não perdeu o seu sentido de homenagem; e o advérbio "AQUI" é circunstancial quanto à Vila e não quanto ao local da resistência escolhida para o repouso.

Destituído de provas é o suposto pernoite do Príncipe e de sua comitiva equestre (já em doze a guarda de honra) à rua da estalagem, (12) que, segundo testemunho de Saint Hilaire (13) em abril desse mesmo ano de 1822, situada ao lado da Câmara, era a única em direção ao rio, e nela só existiam, então, miseráveis choupanas...

Interessado em granjear simpatia à causa política da Independência, não iria Sua Alteza Real hospedar-se em casa de uma autoridade subalterna, o outro capitão Manuel José de Melo (14), com residência na Vila, por sua função de chefe da milícia de ordenanças...

A fonte que em 1860 atribuiu a esse recém-finado capitão a hospedagem do Príncipe em Guaratinguetá, foi a notícia, divulgada por Enilio Zaluar (15), quarenta e tantos anos depois... Suas notícias em muitos pontos menores "nos fazem duvidar dos dados fornecidos" (16); tal é a seu respeito a judiciosa observação de respeitáveis críticos. Ele foi apenas um turista e não historiador. Em geral, suas descrições são mais literárias que resultado de pesquisas; ele mesmo o confessa, sobretudo quanto a Guaratinguetá, "passando rapidamente por essa Vila", para se dedicar ao conhecimento da Capela de Aparecida, já no seu dizer, "assunto que merece especial estudo".

A histórica visita de Dom Pedro à mesma Capela, não-foi assim uma parada extraordinária, única e exclusivamente para esse fim-(talvez ainda por curiosidade inata, a fizesse também o Príncipe piedoso); mas, em virtude de sua hospedagem em casa do Capitão Mor no sítio das Romarias

Por isso mesmo não foi preciso ao cronista da jornada especificá-la.

Também esta crônica de Castro e Melo (17), bastante sucinta, somente foi escrita e publicada quarenta e dois anos mais tarde, quando ele procurou porerenzar alguns dados de sua memória, registrando-os no jornal do Rio - o Carreio Mercantil - a 14 de Janeiro de 1.865.

Mas, esse mesmo cronista, logo após a viagem de retorno, já em setembro de 1822, havia inserido no jornal do Rio - O ESPELHO - a seguinte notícia de recepção feita ao Príncipe na Capital Paulista. Ressaltou então, a tônica de fidelidade aos seus devotes religiosos e sentimentos de devoção. Escreveu que, tendo se hospedado na Penha, na manhã seguinte de 25 de agosto, por ser domingo, antes de continuar a viagem ao centro da capital, quis o Príncipe primeiro assistir Missa nesse Santuário Mariano, (18). Acrescentando os motivos então lembrados: "dia por certo muito memorável, não só porque celebra nele a igreja a festividade do terno Consagração de Maria de especial devoção de Dom João VI, mas também do santo rei Luiz IX, de França, ascendente de Sua Alteza Real pela reinante Casa de Bourbon, o que foi um feliz preságio para os Paulistas" (19). Outrossim, antes do cerimonial do beija mão no Palácio, o Príncipe se dirigiu à Igreja Catedral para dar a Deus ações de graças (20).

Aliás, a visita à igreja, assim como à Câmara, em qualquer localidade de sua hospedagem, fazia parte do protocolo oficial.

Com relação a este cerimonial pelo Vale do Paraíba (21) consta especial aviso expedido pelo Bispo de São Paulo, a 2 de julho de 1822.

Por toda parte era o Príncipe homenageado, com maior ou menor solenidade, conforme os dias e horários de sua passagem ou permanência de povoado em povoado.

Na sua viagem de ida... não foi tão apressado como aconteceu no retôrno, vencendo em cinco dias o mesmo percurso feito antes no dobro (22)

O Livro do Tombo da Matriz de Guaratinguetá registrou o aviso curial supra mencionado, sinal evidente de que nesta parada a sexta do trajeto - também a igreja se associou às homenagens cívicas.

Mas, em virtude de desinteligências havidas desde janeiro de 1822, entre o Vigário de Guaratinguetá, Padre Manoel da Costa Pinto, com as autoridades locais e com o proprio Governo, por causa da administração da Capela de Aparecida (23), nenhuma cerimônia religiosa se efetuou naquela Matriz; em compensação, perpetuou-se a lembrança da visita feita à Capela Rural de Aparecida, mais célebre que a própria Matriz da Vila, e urgentemente preparada, bem como sua praça fronteira, na expectativa de tal evento (24). No livro de Atas da Irmandade dessa Capela (manuscrito inédito), consta a determinação de tais reformas em sessão do dia 22 de junho e, a 8 de julho, nova reunião em presença do Juiz Bernardo Pereira de Vasconcelos e do Capitão Mor Jerônimo Francisco Guimarães, para executar ordens do Governo de reintegrar no cargo de Capelão, o Padre Lourenço Marcondes de Sá (25).

Se todas as circunstâncias de um fato devem ser ponderadas para seu esclarecimento, a visita de Dom Pedro à capela de Aparecida fundamenta-se ainda em outra fonte fidedigna: o testemunho insuspeito de quem a recebeu de pessoas presentes ao ato. E por isso consta nos Anais do Senado da Câmara de São Paulo.

A tradição o é também fonte histórica.

O confidente e herdeiro mais credenciado desta tradição histórica foi o eminente professor de História e Geografia, Dr. José Vicente de Azevedo (27), um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o parlamentar que tanto antes como depois da República, repetidas vezes e por espaço de vinte anos, fora o mais votado como representante do Vale do Paraíba, oriundo de Lorena e ligado por laços de sangue aos que acompanharam a Dom Pedro na epopéia do Ipiranga. (28)

Quando Aparecida se desmembrou definitivamente de Guaratinguetá constituindo-se em Município, entre os motivos que justificavam tal distinção, ele afiança:

"Encontrei ainda muitos contemporâneos da época de 1822, pessoas conceituadas, com quem confabulei e de diversas das quais ouvi a narrativa... de que haviam sido testemunhas presenciais. Ao passar o Príncipe Dom Pedro pela paragem de Aparecida, dirigira-se à então Capela de Nossa Senhora Aparecida... e aí prostrado em fervorosa oração implorava a sua poderosa intercessão e o auxílio divino para o feliz êxito da missão que ele tinha a desempenhar... E por sua livre e espontânea vontade declarou colocar o Brasil sob o celestial patrocínio da mesma exel-Senhora". (29)

Em cumprimento deste seu voto mais por gesto que por decreto, ratificou a 10 de novembro de 1822, a consagração a do Brasil à Senhora da Conceição, consagração oficial feita outrora por Dom João IV, em 1646, e reiterada em 1818 por Dom João VI, seu pai, ao instituir no Brasil a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição.

É fato histórico: para a benção e entrega do novo símbolo do Brasil as primeiras bandeiras do Novo Império, propositadamente, o Imperador quiz e determinou que a cerimônia se realizasse no dia litúrgico em que naquele ano de 1822, a 10 de novembro, todo o povo Católico lembrava e festejava o Patrocínio de Nossa Senhora sobre a Igreja e sobre a Pátria.

Esta notícia encontra-se nos jornais da época, sobretudo nos mais célebres e de maior divulgação: O Espelho, a 14 de novembro e A Gazeta, no sábado, 16 de novembro.

"A piedade e devoção à Santíssima Virgem Maria Mãe de Deus... Padroeira do Reino... foi certamente que inspirou o ânimo de Sua Majestade Imperial à Religiosa lembrança de fazer benzer e inaugurar, domingo, a 10 do corrente, em que a Igreja celebrava o Patrocínio da mesma Senhora, as Bandeiras do Novo Império do Brasil"

Melo de Moraes, reproduz na íntegra, todos esses artigos em seu famoso livro - "HISTÓRIA DO BRASIL-REINO E IMPÉRIO"

Concluindo estas pesquisas históricas - a passagem de D. Pedro - por Aparecida e o seu gesto de reconhecimento do Padroado da Senhora da Conceição na Independência do Brasil, cumpre lembrar que a Imagem da Padroeira da Pátria por êle venerada, faz juz a um preito nacional de gratidão nos festejos do sesquicentenário.

Quando, pois, os despojos de D. Pedro retornaram à Colina do Ipiranga passando pelo vale do Paraíba, a estância sagrada de Aparecida se impõe em nome da história, em réplica dos fastos da Independência.

E assim, como o Brasil se tornou independente de Portugal, sem desdouro para a Pátria Mãe, também pelos imperativos da história se faz mister proclamar esta realidade geográfica: - APARECIDA DE HOJE, GUARATINGUETÁ DE OUTORA - nos fastos da Independência.

A HISTÓRICA PARADA DO PRÍNCIPE REGENTE - "no têrmo da Vila de Guaratinguetá" - hóspede do Capitão-Mor, foi no morro dos Coqueiros, hoje a nova cidade - Aparecida

X-X-X-X-X

Propomos, ainda, as medidas apuradas em apelo do Ministério de Educação, para que o Tomilado do est. Patrimônio, mas em alondros Minho  
Propomos, ainda, as medidas apuradas em apelo do Ministério de Educação, para que o Tomilado do est. Patrimônio, mas em alondros Minho  
Patrimônio Histórico Nacional, Cuidado do Aumento de Casa do Trem de mormo Ubidid de Santo, que reache

Salvemos as fontes foram.

do nosso primeiro Congresso de História de São Paulo.

Fontes se entendem documentais, mas documental também é a prova física, geográfica dos fatos históricos, o que nos autoriza a propor ao Congresso a resolução seguinte:

Em Santos, Braz Cubas instituiu a primeira Santa casa, reza do Brasil, do Estado de São Paulo. Assentou-se a instituição de Braz Cubas, que significa a fundação da cidade de Santos, no outeiro de Santa Catarina, no local denominado Luteirinhos, próximo ao mar, onde fundaram os navios que procuravam o porto de Santos, mais vasto que o primitivo porto do Rei situado em São Vicente.

Ainda existe este outeiro de Santa Catarina, assim como vestígios de <sup>suas</sup> velhas construções. A cidade, porém, o envolveu e ele se acha no centro de uma quadra urbana e encoberto por <sup>edifícios</sup> construções e ruas quintais, mas encimado por uma casa residencial construída por antigo morador de bom gosto, ~~mas~~ hoje, <sup>pois</sup> abrigando um prostíbulo da mais infima classe!

Propomos então, que o Primeiro Congresso de História de São Paulo, apelo do Governo do Estado, à Prefeitura de Santos e ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de São Paulo, no sentido de ser a citada quadra desapropriada para a conservação do Luteiro de Santa Catarina, e ~~de~~ realização de obras complementares <sup>em</sup> para elevação deste documento geográfico da fundação da cidade de Santos.